



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18679 - DF (2012/0118229-7)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**REQUERENTE** : UNIÃO  
**ADVOGADO** : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU  
**REQUERIDO** : LUIZ GONZAGA COSTA NUNES  
**ADVOGADO** : MARIA ALINE MARTINS DE ANDRADE ARAGÃO E  
OUTRO(S) - DF023578  
**IMPETRADO** : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

### DECISÃO

Trata-se de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União, que se encontra sobrestado em razão da existência de repercussão geral da matéria (Tema 839), qual seja, a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública, após decorrido o prazo decadencial quinquenal, previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99 (e-STJ fls. 1.094-1.150).

A União relata que, paralelamente ao *mandamus* a que se refere esta petição (MS nº 18.679), a parte autora impetrou outro mandado de segurança, autuado como MS nº 15.709/DF, apontando omissão do Ministro de Estado da Defesa quanto ao pagamento do valor retroativo previsto na portaria de anistia. A ordem foi concedida pela Primeira Seção do STJ, que ordenou a União a cumprir a reparação econômica. Transitado em julgado o acórdão, deu-se início à execução do título por meio do procedimento autuado como ExeMS nº 15.709/DF.

Porém, diante do pleito de sustação da execução pela União, sob alegação de inexigibilidade da obrigação, já que declarada nula a anistia por ato do Ministro da Justiça, o Ministro Relator manifestou-se no sentido de que a única forma de suspender a execução é mediante a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União no mandado de segurança impetrado para afastar os efeitos do ato de anulação da portaria de

anistia.

Daí a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União nestes autos, “a fim de sustar parcialmente a ordem que revigora a validade da portaria anistiadora, tão-somente para impedir o pagamento dos respectivos valores retroativos, sem afetar, ao menos por ora, o pagamento da prestação mensal e a possibilidade de utilização dos serviços de saúde da Aeronáutica. Caso contrário, será expedido e pago, nos autos da ExeMS 23.404/DF, precatório no valor R\$ 541.861,43 (quinhentos e quarenta e um reais e oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos)”.

### **É o relatório.**

Inicialmente, cumpre registrar que, durante o período do recesso do Tribunal, os presentes autos vieram ao meu Gabinete para apreciação, por força do art. 21, XIII, alínea “c”, c/c art. 51, I, ambos do Regimento Interno do STJ, já que o Presidente do STJ, Ministro Humberto Martins, declarou-se impedido (e-STJ fl. 1.152), ao passo que o Vice-Presidente do STJ, Ministro Jorge Mussi, encontra-se momentaneamente indisponível.

No ponto, observo que a decisão do STF que serviu de *leading case* para o reconhecimento do Tema 839 da Repercussão Geral ficou assim ementada:

**Direito Constitucional. Repercussão geral. Direito Administrativo. Anistia política. Revisão. Exercício de autotutela da administração pública. Decadência. Não ocorrência. Procedimento administrativo com devido processo legal. Ato flagrantemente inconstitucional. Violação do art. 8º do ADCT. Não comprovação de ato com motivação exclusivamente política. Inexistência de inobservância do princípio da segurança jurídica. Recursos extraordinários providos, com fixação de tese.**

1. A Constituição Federal de 1988, no art. 8º do ADCT, assim como os diplomas que versam sobre a anistia, não contempla aqueles militares que não foram vítimas de punição, demissão, afastamento de suas atividades profissionais por atos de motivação política, a exemplo dos cabos da Aeronáutica que foram licenciados com fundamento na legislação disciplinar ordinária por alcançarem o tempo legal de serviço militar (Portaria nº 1.104-GM3/64).

2. O decurso do lapso temporal de 5 (cinco) anos não é causa impeditiva bastante para inibir a Administração Pública de revisar determinado ato, haja vista que a ressalva da

parte final da cabeça do art. 54 da Lei nº 9.784/99 autoriza a anulação do ato a qualquer tempo, uma vez demonstrada, no âmbito do procedimento administrativo, com observância do devido processo legal, a má-fé do beneficiário.

3. As situações flagrantemente inconstitucionais não devem ser consolidadas pelo transcurso do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99, sob pena de subversão dos princípios, das regras e dos preceitos previstos na Constituição Federal de 1988. Precedentes.

4. Recursos extraordinários providos.

5. Fixou-se a seguinte tese: “No exercício de seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica relativos à Portaria nº 1.104, editada pelo Ministro de Estado da Aeronáutica, em 12 de outubro de 1964 quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.”

(RE nº 817.338, Relator: Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 16.10.2019)

Assim, o Tema 839/STF ficou descrito da seguinte maneira: “a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT”.

Posto isso, é cediço que, nos termos do art. 995, parágrafo único, do CPC, a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário exige a presença cumulativa de *fumus boni juris* (probabilidade de provimento do recurso) e de *periculum in mora* (risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação decorrente da imediata produção dos efeitos da decisão recorrida).

No presente caso, estão suficientemente evidenciados os requisitos necessários à concessão de efeito suspensivo ao recurso.

A fumaça do bom direito exsurge da decisão proferida pelo STF, favorável à União, no sentido de que a Administração pode rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria nº 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.

Por sua vez, o perigo na demora é evidente, já que, caso efetuado o pagamento à parte impetrante, as chances de o montante retornar aos cofres públicos são ínfimas.

Esclareça-se, por oportuno, que tramitam nesta Corte dois mandados de segurança impetrados pela parte ora requerida. Um, referente ao pagamento de parcelas retroativas da reparação econômica devida àqueles que tiveram reconhecida sua condição de anistiado político, e outro, no qual se discute a possibilidade de anulação do ato administrativo de anistia.

O *mandamus* relativo ao pagamento do valor retroativo está em sede de execução, sendo certo que, em diversos casos semelhantes, o juízo da execução tem indicado que a suspensão do feito executório depende da concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União nos autos do mandado de segurança que discute a ocorrência ou não de decadência do direito de anular a portaria anistiadora.

Nesse contexto, é razoável a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário da União de modo a possibilitar que o pagamento dos valores retroativos da anistia aguarde a publicação do acórdão paradigma proferido no RE nº 817.338/DF.

Destaque-se que a decisão não tem o condão de restabelecer a portaria anulatória da anistia com a consequente interrupção do pagamento mensal continuado, mas tão somente evitar o pagamento de montante retroativo enquanto não há decisão definitiva sobre a validade do ato administrativo.

Diante do exposto, com fundamento no art. 995, parágrafo único, do CPC, **defiro o pedido de liminar para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto no presente Mandado de Segurança**, até a publicação do julgamento do RE nº 817.338/DF pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 839/STF) para o fim de possibilitar a suspensão do pagamento dos valores retroativos da anistia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

Ministro Og Fernandes  
Ministro